

GT 6. Revoluções na América Latina e dilemas do socialismo

A concertação democrática e o bloco no poder chileno: continuidades e transformismo

Amanda Sonály Camelo Araújo¹

Resumo: Este trabalho tem a finalidade de compreender qual fração é hegemônica no bloco do poder e na sociedade, expressas politicamente pelos governos da Concertação Democrática no marco da formação econômica social chilena, caracterizando as articulações entre frações de classes expressas por esses governos e lembrando que refletem efeitos específicos sobre os aparatos do Estado e nas políticas públicas. Buscamos entender se há uma *continuidade* no bloco no poder entre a ditadura militar de Pinochet (1973-1990) e o regime democrático liberal da Concertação de Partidos pela Democracia (1990-2010). Neste sentido, especificamos o caso do Chile, utilizando uma metodologia qualitativa, e uma vasta análise bibliográfica que permitiram os resultados obtidos, confirmando a hipótese central: O bloco no poder no Chile possui hegemonia da *burguesia compradora*, apontando para uma continuidade no interior do bloco no poder com esta fração hegemônica entre a ditadura militar de Pinochet e o governo da Concertação Democrática.

Palavras-chave: Chile, Concertação Democrática, Bloco no Poder, Frações de Classe.

Este trabalho analisa o caso do Chile e busca compreender se há uma continuidade nas relações de forças dentro do bloco no poder, herança do pinochetismo durante os governos democrático-liberais da Concertação de Partidos pela Democracia (CD). Analisa, então, os governos dos presidentes democratas cristãos: Patricio Alwyn (1990-1994) e Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000); socialistas como Ricardo Froilan Lagos Escobar (2000-2006) e Verónica Michelle Bachelet Jeria (2006-2010) no marco da Concertação de Partidos pela Democracia (CD), buscando compreender se além da mudança do regime político, em sua

¹ Aluna do curso de Ciências Sociais, Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS), UFCG, Campina Grande, PB, E-mail: amandasonaly_ufcg@hotmail.com.

formalidade institucional, existiram mudanças do bloco e no interior do bloco no poder, considerando a economia chilena como caso particular, diante de outros países latino-americanos.

Considerando o Chile como caso específico, a pesquisa busca caracterizar articulações entre frações de classe e governo, poder político e Estado, durante os governos dos socialistas Ricardo Lagos (2000-2006) e Michelle Bachelet (2006-2010), durante a Concertação Democrática que englobou o Partido pela Democracia (PPD), Partido Socialista (PS), Partido Demócrata Cristão (DC) e Partido Radical Social Democrata (PRSD).

Buscamos compreender qual fração de classe é hegemônica no bloco do poder e na sociedade, expressas politicamente pelos governos da Concertação Democrática no marco da formação econômico-social chilena. A hipótese central desta pesquisa é que há uma *continuidade* no bloco no poder entre a ditadura militar de Pinochet (1973-1990) e o regime democrático liberal da Concertação Democrática (1990-2010). Modifica-se o regime político, mas nossa hipótese verificou que há uma continuidade, pois no interior do bloco no poder a fração da burguesia compradora continua sendo hegemônica.

Nos governos socialistas durante a Concertação, especificamente no governo de Bachelet destaca-se a emergência de uma crítica moderada em termos discursivos a um aspecto do neoliberalismo no caso do governo, quanto à própria maneira como os governos da Concertação têm lidado com a herança da ditadura e seu modelo neoliberal. Problematizaremos no caso do Chile, se é possível diminuir a "exclusão", como pretendeu esta presidente, nos marcos desse modelo, já que algumas vezes os governos da Concertação Democrática são apresentados como progressistas e até moderadamente "pós-neoliberais"².

De acordo com o marco teórico geral, as teorias das classes e as teorias políticas poulantzianas, este estudo utilizará as teorias da economia política comparada para nossa pesquisa geral. No plano epistemológico, a teoria da economia política comparada postula que a política comparativa integra todas as principais questões da política e que o estudo desta não pode ser isolado das questões sociais e econômicas (Cf. Chicotte: 1998). Como estudo

² A noção governos "pós-neoliberais", será usada como uma figura política. São os governos que sem deixarem de ser neoliberais, realizaram algumas mudanças e adaptaram-se discursivamente, em diferente medida, a um discurso de tom "pós-neoliberal". A crise do neoliberalismo na América Latina se deve a diversos conflitos que o modelo neoliberal gerou, e foi isso o que iniciou indagações e debates sobre o caráter do governo.

geral que gera hipóteses sobre uma série de casos, nosso estudo particular da formação econômica social chilena também gera hipóteses e, desta maneira, entende-se que podemos contribuir para uma construção teórica na ciência política.

Para realizarmos a pesquisa, a metodologia utilizada foi a qualitativa e o método é análise de caso, especificando o caso do Chile durante a Concertação dos Partidos pela democracia. A metodologia qualitativa segundo Minayo (2007), "favorece a interpretação dos significados e das intencionalidades presentes nos atos humanos, que por sua vez são construídos a partir de estruturas de significação que dão sentido à vida dos sujeitos". O procedimento para análise empírica inclui fontes como uma vasta bibliografia sobre os temas, revistas referentes ao contexto, informações e entrevistas. A pesquisa inclui matérias publicadas em sites a partir de uma orientação adequada.

Foi utilizada ampla pesquisa bibliográfica, um balanço inicial da literatura sobre o tema, para além de apreender o tema estudado, situá-lo no plano teórico e compreender as categorias de análise mais importantes para a parte empírica quanto ao estudo do Chile em sua especificidade. Inicia-se o projeto dedicando-se a uma pesquisa bibliográfica sobre o Chile no período 1999-2009, buscando compreender o contexto anterior que se refere ao governo de Salvador Allende (1970-1973) e a ditadura militar de Augusto Pinochet (1973-1990).

A parte teórica incluiu participação em reuniões do grupo de estudos Práxis na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com quatro reuniões mensais, no qual foram feitas leituras teóricas fundamentais e exposição de alguns filmes, por exemplo, *Calle de Santa Fé*³, que teve grande importância para a pesquisa. Vale salientar a relevância de algumas leituras feitas no Grupo de Estudos da América Latina Contemporânea (GEPALC), da Universidade Federal de Paraíba (UFPB). Além de apresentação em Congressos como é o caso do EPMARX na UFPE, em Recife.

Ao longo desta pesquisa utilizamos uma ampla análise bibliográfica sobre o Chile. Como pano de fundo, trabalhamos o livro de Michel Lowy, *Marxismo na América Latina* o que enriqueceu as análises bibliográficas posteriores. Lowy apresenta documentos e algumas

³ *Calle de Santa Fé*, filme, país de origem: Chile, França e Bélgica. Gênero: Documentário, tempo de duração 163 minutos, 2007, direção: Carmen Castillo.

características específicas do Chile que são de grande importância para compreensão de sua formação econômico-social, os governos da Unidade Popular (UP) e da Concertação Democrática (CD).

Deste livro utilizamos principalmente as seguintes partes: a Introdução escrita pelo próprio Lowy, intitulada *Pontos de referência para uma história do marxismo na América Latina*, p.9-65 e os seguintes documentos políticos: *A Frente Popular em Chile* (1938), p. 139-150; *Uma crítica de esquerda ao Frente Popular Chileno* (1942), p.144-147; *O Partido Socialista Popular e a revolução em Cuba* (1954), p. 255-264; *Declaração de princípios do Movimento de Izquierda Revolucionario –MIR* (1973), p. 331-336; *O governo popular* escrito por Luis Corvalán em 1970 com a posição do PC Chileno, p.412-414; um texto de Miguel Henriquez em seu momento principal dirigente do MIR onde realiza um balance da queda de Allende: *As causas da derrota*, p. 337-346 e um relevante discurso de Salvador Allende: *A via chilena para o socialismo* (1971), p.387-389.

O documento que relata sobre a Frente Popular no Chile (1938) mostra a pretensão dos comunistas de ampliar a aliança entre trabalhadores, pequena burguesia e burguesia nacional. O texto apresenta uma série de elementos que ajudam a compreender a posição política dos comunistas de conciliação de classes durante um longo período histórico que foi criticado tanto pelos trotskistas chilenos em 1942 e posteriormente pelo MIR em 1973. Vale ressaltar que a crítica dos trotskistas foi relevante porque alguns deles fizeram parte do Partido Socialista (PS) como fração e depois conformaram o Movimento de Izquierda Revolucionaria (MIR), sendo hegemônicos durante os primeiros anos nesta organização para depois ser substituído na direção pelo grupo castro-guevarista de Conceição, fundamentalmente Miguel Henriquez.

Carlos Contrera Labarca, secretário geral do PC Chileno (PCCH), documenta discussões no seio do movimento operário durante a constituição da Frente Popular, principalmente no que diz respeito à candidatura a presidência e polemiza com os trotskistas, influentes no Partido Socialista, que se opunham à “ampliação para a direita” da Frente Popular.

É importante lembrar que o Chile foi o único país da América Latina no qual se constituiu uma “verdadeira” Frente Popular, estilo europeu, entre o PC e o PS em 1938, sob a

hegemonia do Partido Radical representado por Pedro Aguirre Cerda eleito presidente no mesmo ano.

Este texto é de grande importância, pois antecipa, em certa forma, a Unidade Popular (UP) integrada principalmente por comunistas e socialistas e, posteriormente, a Concertação Democrática por democrata-cristãos e socialistas, da qual o partido comunista chileno não fará parte. O caso do Partido Socialista Chileno, podemos aplicar a categoria de transformismo de Gramsci que é também utilizada por Tomás Moulian, autor importante, retomado no decorrer do trabalho.

Apresentando uma série de polêmicas, Lowy nos ajuda também a entender o contexto no qual a Concertação Democrática Chilena emerge.

Salvador Allende foi membro do Partido Socialista Chileno e da UP, eleito presidente em 1970, significou sem dúvida alguma, um grande acontecimento para a América Latina, uma vez que foi o primeiro presidente da região, socialista que pretendia transcender a sociedade capitalista, a ser eleito democraticamente, fruto de uma coalizão de esquerda denominada Unidade Popular. O programa da UP foi assinado pelos partidos comunista, socialista, radical e socialdemocrata, o Movimento de Ação Popular Unitário (MAPU), uma cisão "esquerdista" da democracia cristã e a Ação Popular Independente (API), em 17 de dezembro de 1969. Seu grande objetivo era uma transição democrática e pacífica do capitalismo ao socialismo. O governo de Salvador Allende, foi tombado em 1973, pelo sangrento golpe de estado do General Augusto Pinochet. O balance do governo de Allende e quanto aos principais partidos da Unidade Popular tiveram várias interpretações, principalmente se comparadas ao MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) o que gerou consequências à práxis política de socialistas e comunistas. Só entendendo este balanço político podemos caracterizar as orientações da Concertação Democrática.

O MIR desenvolveu-se por meio de suas frentes de massa, e acredita que durante o governo de Allende, a burguesia quis impedir todo o tempo que a classe operária e as massas populares avancem com independência de classe a tomada do poder político. No entanto, o PCCH é contra o desenvolvimento do poder operário alternativo ao Estado, pois não pensa na tomada do poder político, a política deve estar limitada aos marcos da institucionalidade burguesa sem ruptura do aparelho de estado. Então, enquanto o senador Corvalán (secretário

general do PCCH) acredita que o MIR desqualifica o governo de Allende por considerar que se deve trabalhar por mudanças socialistas, o PC entende que a etapa é nacional-democrática.

Segundo Miguel Enríquez, a queda da Unidade Popular não se deu pela “impaciência”, ou pelo “ultra-esquerdismo” e a precipitação do MIR. A classe dominante chilena assumiu a defesa do sistema capitalista e a destruição do governo da Unidade Popular, com isto abre-se um período de grandes mudanças econômicas no bloco no poder, repressão e resistências. Para o MIR o reformismo deve assumir sua responsabilidade histórica, senão impedem que os povos sejam capazes de extrair lições pela experiência chilena.

Em seguida, iniciamos leituras do autor Tomás Moulian – *Chile actual: Anatomia de un mito*, e um artigo do mesmo autor *El gobierno de Michelle Bachelet: las perspectivas de cambio*. Publicado na Revista del Observatorio Social de América Latina (OSAL) del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. O autor apresenta elementos que fortalecem nossa hipótese, pois afirma que a Concertação Democrática, foi concebida como uma aliança minimalista entre socialistas e democrata-cristãos, a qual sem questionar os fundamentos macroeconômicos neoliberais instaurados por Pinochet, conseguiu no plano político, estabilizar uma coalizão governamental no tempo, contrastando com a alternância experimentada no país entre 1950 e 1973.

Moulián revela grande capacidade de encarar os dilemas da transição política que passou o Chile desde setembro de 1973, com o golpe e o suicídio de Allende e o sofrimento e a censura gerada pela ditadura militar de Pinochet. Sua análise sobre o contexto Chileno atual nos apresenta ainda mais elementos para fortalecer nossa hipótese: “(...) *Considero al Chile Actual como una producción del Chile Dictatorial, pero sin aceptar ni el determinismo ni la necesidad, la imagen simple que una sociedad creada con los materiales del Chile Dictatorial no podía ser otra cosa que una fotografía de éste, algunos años después*” (MOULIÁN, 1997).

É um livro que enriqueceu nossa pesquisa e nos fez “percorrer” o Chile contemporâneo, porém, o autor não expõe quais as frações de classe no bloco no poder chileno.

Tomás Moulian nos mostra que a democracia instaurada a partir de 1989 obedece aos padrões estabelecidos em 1973, depois do golpe de estado de Pinochet, cujos postulados são o esquecimento, o consenso e a ideia de uma democracia protegida pelas leis políticas elaboradas nos anos da ditadura. Entre 1980 e 1989, na chamada "ditadura constitucional", se produz o que funcionaria como chave para o entendimento do Chile atual: "o transformismo". Moulian caracteriza esta categoria gramsciana como um "*largo processo de preparação, durante a ditadura, de uma saída da ditadura, destinada a permitir a continuidade das estruturas básicas às vestimentas democráticas*" (Cf. Moulian 1997: 145).

O autor busca fazer uma genealogia do Chile Atual, o que significa interrogar todo o processo de produção do mesmo desde a própria atualidade. Daí se pode partir para momentos particulares privilegiados. A UP, por exemplo, vista desde a explosão do golpe, alguns anos da fase terrorista e o que o autor chama de momento principal, o momento que se põe em ação o *dispositivo transformista*⁴ utilizando o conceito gramsciano.

Na análise da Unidade Popular o autor pretende mostrar um processo de construção da subjetividade otimista, radical e utópica da UP.

Moulian, como supõe o título, busca desmistificar a ideia de um "mito" no país proporcionando uma "anatomia", acertando as contas com o Chile Ditatorial que teve infinita responsabilidade na construção mitológica do Chile "moderno e neoliberal". Desta forma, o autor analisa a atualidade como herança dos dezesseis anos de ditadura⁵.

O livro tem como primeira metáfora a ideia de MATRIZ. (p. 17); que expressa uma ideia de linhagem, supõe nascer "neste ventre" gerando efeitos em todo o corpo. Também sugere a ideia de um continente que molda o conteúdo. O "ventre", a matriz Chilena, seria o molde pelo qual a atualidade foi se constituindo.

O Chile atual, segundo o autor, provém de uma "cópula" entre intelectuais, militares, neoliberais e empresários nacionais e transnacionais. Seria o produto de uma sociedade na

⁴ O autor chama de transformismo "o longo processo de preparação, durante a ditadura, destinada a permitir a continuidade de suas estruturas básicas sob outras roupagens políticas, as vestimentas democráticas. O objetivo é o "gato-pardismo", mudar para permanecer". (p.145)

⁵ Aprofundamos a leitura deste livro por nos permitir tomar compreensão não "politicista" da transição à democracia no Chile, pois é uma leitura que articula o econômico, o político e o social no marco de um mesmo total social. É desta forma, que somos capazes de enxergar a *continuidade*.

qual o social se constitui como natural e onde só há sucessivos ajustes. Moulián mostra também, que o bloco no poder, essa "tríade", realizou uma revolução capitalista, construindo no Chile uma sociedade de mercados desregulados e competitividade entre os indivíduos assalariados, disciplinados. Sociedade marcada pela criatividade selvagem e anômica do poder Revolucionário. Os cidadãos fecham os olhos às imperfeições herdadas do autoritarismo e se curvam à modernização como se fosse mais importante que o aprofundamento democrático. A convivência e a conveniência em relação à democracia fazem do Chile "a Pátria do esquecimento". A democracia que propaga a morte da ideologia e promove um jogo de cartas marcadas, alargam os problemas da transição, daí o uso da metáfora "jaula de ferro". O poder mudou de mãos e a democracia chilena reformulou-se apenas em alguns aspectos. A Concertação ainda não conseguiu driblar o modelo herdado de Pinochet.

A transição, como se pode ver no próprio sentido de *transformismo* empregado no livro, revela-se assim que se desprende do "mito", como uma pequena mudança, estrategicamente articulada e imposta pelos militares para forçar sua permanência no poder. O mito que desde então se exportou e que faz referência à *transição perfeita* faz com que os chilenos a vejam como uma *transição ideal* e não como um *mal menor*.

"*A sombra do ditador – memórias políticas do Chile sobre Pinochet*" foi também de grande importância, neste livro o autor, Heraldo Muñoz, opositor à ditadura militar, analisa as memórias políticas do país "à sombra do ditador", durante 17 anos (1973 e 1990), que oprimiu, matou, torturou, aprisionou e, por fim, deixou memórias sombrias. Como tal, marcou e deixou fortes heranças: impôs o modelo neoliberal no Chile, que segundo o autor, o elevou a uma das nações latino-americanas mais desenvolvidas. Porém esta questão contrária à hipótese que orientou este trabalho e que foi verificada, já que não relacionamos neoliberalismo e desenvolvimentismo e entendemos que existe uma continuidade da fração hegemônica no bloco no poder chileno entre a ditadura militar e o regime democrático liberal.

O livro relata os acontecimentos de 11 de setembro de 1973, dia do golpe de Estado que tirou o presidente Salvador Allende (1970-1973) do governo, seu suicídio, e vai até a eleição de Michelle Bachelet (2006-2010), primeira presidente do sexo feminino a ser eleita no Chile. Muñoz não se limita aos fatos, mas apresenta rico material de pesquisa, que inclui documentos secretos americanos e chilenos, além de entrevistas com os principais

personagens envolvidos na história chilena. Militante do Partido Socialista, o mesmo de Allende, o autor narra o dia do golpe, e os acontecimentos no Palácio de La Moneda e ainda relata episódios marcantes como o atentado à vida de Pinochet realizado pelo Frente Patriótico Manuel Rodríguez (FPMR) – na época braço armado do Partido Comunista Chileno e com uma visão de frente popular armada, a constituição da Direção de Inteligência Nacional (DINA - polícia secreta chilena), a Operação Condor, o assassinato do general Carlos Prats, em Buenos Aires (Argentina), e o assassinato de Orlando Letelier, em Washington (Estados Unidos).

Além da riqueza de detalhes de sua obra, vale ressaltar também a importância de sua análise que inclusive salientou o papel dos EUA na ocasião, o apoio direto do diplomata norte-americano Henry Kissinger a Pinochet, os debates entre exilados para organizar a resistência à ditadura e a luta da oposição para dar fim a um dos regimes mais repressivos do mundo e para reconstruir um regime democrático liberal no Chile.

Em termos teóricos, vale ressaltar a relevância, dentre outros autores estudados durante os meses iniciais, de Antonio Gramsci autor dos *Cadernos do Cárcere* no qual apresenta o conceito de *Hegemonia*. Para o comunista italiano, a hegemonia de uma classe significa sua capacidade de subordinar intelectualmente as demais classes, através da persuasão e da educação, sendo esta entendida em seu sentido amplo e na possibilidade de conservação do bloco histórico dominante o de construção de um novo bloco histórico, sempre tendo em consideração a relação entre estrutura e superestrutura. Para conquistar a hegemonia é necessário que a classe fundamental se apresente às demais como aquela que representa e atende aos interesses e valores de toda sociedade, obtendo o consentimento voluntário e a anuência espontânea garantindo, assim, a unidade do bloco social que, embora não seja homogêneo, se mantém, predominantemente, articulado e coeso, deixando a uso da força como última instância. O autor afirma que a classe hegemônica deve ser capaz de converter-se em classe nacional, de envolver toda a sociedade em um mesmo projeto histórico e de assumir as reivindicações das classes aliadas. Da maneira que as classes dominantes como as dominadas, deve sempre ficar claro, a incompatibilidade existente entre hegemonia e corporativismo, como o próprio Gramsci mostra ao referir-se à possibilidade de hegemonia do proletariado na construção do novo bloco histórico, ressaltando que o proletariado pode

desenvolver função de dirigente se possuir espírito de sacrifício e se houver, capacidade de libertar-se completamente do resíduo de corporativismo reformista ou sindicalista.

Salientamos, ao afirmar que a classe hegemônica deve assumir, como suas, as reivindicações das demais classes, Gramsci aponta para a estreita relação entre hegemonia e economia, entre estrutura e superestrutura. A hegemonia não é só ideológica, cultural e intelectual, também é material. Na medida em que as expressões da vontade, interesses e necessidades das classes aliadas são manifestações concretas das necessidades econômicas, geradas por determinado modo de produção, é preciso que a classe hegemônica, ao formular determinado projeto econômico, considere estas necessidades sem descaracterizar, todavia, seu projeto fundamental de classe.

Assim como Gramsci e o conceito de hegemonia, conceitos Poulantzianos tiveram grande importância para a pesquisa. Os conceitos de *frações de classe* e *bloco no poder* permitem analisar as articulações das burguesias internacionais e nacionais com os governos "pós-neoliberais".

Vale ressaltar que a burguesia não é uma classe homogênea, mas possui divisões estáveis, que serão denominadas frações, e que o bloco no poder é a articulação das frações de classes dominantes sob a hegemonia de uma delas. Entre as frações burguesas que foram conceitualizadas, serviram de hipótese para este trabalho e foram inicialmente demonstradas:

a) que o bloco no poder no Chile tem hegemonia da fração *burguesia compradora*, que é a fração da burguesia mais internacionalizada e vinculada aos interesses imperialistas, que atua como uma intermediária do capital estrangeiro;

b) Existe uma continuidade no bloco no poder com esta fração hegemônica entre a ditadura militar de Pinochet e a Concertação Democrática, sob diferentes regimes políticos.

O conceito de bloco no poder, permite compreender a relação entre Estado e frações de classe, assim como sua relação com o governo, pois através do conceito de bloco no poder, Poulantzas analisa a relação entre aparelho estatal, classes e frações de classe dominantes, já que o Estado capitalista não é por ele considerado um mero instrumento de dominação nas mãos da classe dominante. Através desse conceito, é possível constatar o favorecimento dos interesses econômicos de uma fração da classe dominante, através da sua ação político -

administrativa, em detrimento das demais frações (cada fração corresponde a uma função diferente do capital no processo econômico capitalista: produtiva, bancária, comercial, entre outras possíveis frações), de modo que o Estado capitalista se converte no agente organizador da hegemonia de uma fração da classe dominante no interior do bloco no poder.

Uma leitura ainda de fundamental importância foi "Karl Marx – *Introdução de Eric Hobsbawm – Formações Econômicas pré-capitalistas*". (FORMEN), onde o autor aborda o problema da evolução histórica pré-capitalista, a partir da aplicação da sua teoria. Complementamos a leitura com "*Passagens da Antiguidade ao Feudalismo*" do historiador inglês Perry Anderson e destacamos duas coisas muito importantes, a diferença conceitual entre *Modo de produção* e *Formação econômico social*, central para o estudo específico de um país e, neste caso, do Chile. A "Formen" procura formular o conteúdo da história em sua forma mais geral, o progresso. Segundo o autor, seria necessário desvendar, em cada formação, o estatuto do "econômico" em suas conexões orgânicas no processo de "produção da vida", ultrapassando, desta forma, os limites estreitos do economicismo. No entanto, de acordo com o autor, quando estudamos qualquer País, estamos estudando Formação econômica social. Desta forma, a partir destes textos, conseguimos conceituar formação-econômico social, fundamental para compreensão de um caso específico, no caso desta pesquisa, o Chile. O modo de produção é um conceito bem mais teórico, enquanto que o conceito de formação econômico-social nos permite pensar em uma articulação de modos de produção em um determinado território hegemônicos por um deles. Por isso sua importância para estudar empiricamente realidades concretas, neste caso países.

Ainda de Karl Marx fizemos a leitura do *Manifesto do Partido Comunista*, escrito com F. Engels em 1848 e do *18 Brumário de Luís Bonaparte*, focando nos conceitos classe e fração de classe, a relação entre estas e o estado, os governos e o poder político, com suas respectivas mediações que contribuíram com categorias teóricas para analisar nosso objeto.

Considerações Finais

A partir desta pesquisa e análise bibliográfica, é possível afirmar que há uma *continuidade* no bloco no poder entre a ditadura militar de Pinochet e o regime democrático liberal da Concertação Democrática.

O bloco no poder no Chile possui hegemonia da *burguesia compradora*, que é a fração da burguesia mais internacionalizada e vinculada aos interesses imperialistas, que atua como uma intermediária do capital estrangeiro e existe uma continuidade no bloco no poder com esta fração hegemônica entre a ditadura militar de Pinochet e a Concertação Democrática, mesmo sob os diferentes regimes políticos. Nesse sentido, é importante perceber que os governos da Concertação Democrática não conseguiram driblar o modelo econômico herdado da Ditadura de Pinochet, ou seja, a democracia instaurada a partir de 1989 obedece ainda aos padrões estabelecidos em 1973.

Referências

ALLENDE, S. *Salvador Allende su pensamiento político. Discursos*. Santiago: Nacional Quimantú; 1973.

ALVAREZ, R. V. e ARAVENA A. C. (Org.) *Los trabajadores y la nueva cuestión social. Repensando la realidad laboral y sindical en Chile*. Santiago: ICAL; 2004.

ANDERSON, P. (1995). *Passagens Da Antiguidade Ao Feudalismo*. São Paulo: Brasiliense.

AUTORES VARIOS; *Tres décadas después. Lecturas sobre el derrumbe de la Unidad Popular*. Cuadernos sociológicos/Universidad Arcis/Sociología. Santiago: ARCIS; 2004.

AZOCAR, A. (Org.) *Fuerzas Armadas. Democracia y alternativas al neoliberalismo en América Latina*. Santiago: ICAL-Fundación Rosa Luxemburgo; 2005.

BENGOA, J.; *Historia del pueblo mapuche*; Santiago: Sur; 1987.

CHILCOTE, R. *Teorías de política comparativa*. Petrópolis: Vozes, 1998.

DEL BÚFALO, E. EDIA-PIT-CNT In: ELÍAS, A. (Org.) *Los gobiernos progresistas en debate: Argentina, Brasil, Chile, Venezuela y Uruguay*. Buenos Aires: Clacso, 2006. p. 43-47, 68-75 e 144-147.

FRIEDMANN, R.; *1964-1988 La política chilena de la A a la Z*. Santiago: Melquíades, 1988.

GARCÉS, J. *Allende y la experiencia chilena. Las armas de la política*. Santiago: BAT; 1990.

GONZALEZ, M.; *Chile: 1972-1973: Revolución y contrarrevolución*. Barcelona: En lucha; sem data.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13. (1932-1934) *Breves notas sobre a política de Maquiavel In Cadernos do Cárcere*. Volume 3 Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2003 p. 11-109.

- GUTIERREZ YAÑEZ, N. *El MIR vive en el corazón del pueblo*. Santiago: MIR; 1990.
- HOJMAN, E.; *1973-1989. Memorial de la dictadura. Cronología de 16 años de pesadilla*. Santiago: Emisión, sem data.
- LIPSCHUTZ, A.; *Alejandro Lipschutz. Nueva antología (1911-1967). Escritos antropológicos, políticos y filosóficos*. Santiago: ICAL; 2005.
- LOWY, Michel; *O marxismo na América Latina*. Uma antologia de 1909 aos dias atuais (São Paulo: Perseu Abramo, 2003).
- LOZZA, A.; *Atentado a Pinochet el FPMPR fija posición*. Buenos Aires; Antarca, 1987.
- MOULIÁN, T. *El gobierno de Michelle Bachelet: las perspectivas de cambio*. In **Revista del OSAL**, Buenos Aires, n. 19, p.131-135, enero-abril 2006.
- _____ *Chile actual: Anatomía de un mito*. Santiago: LOM-ARCIS, 1997.
- MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador*. Memórias políticas do Chile sobre Pinochet. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- ORTIZ LETELIER, F. *El movimiento obrero en Chile (1891-1919)*. Madrid: Micha; 1985.
- PARTIDO POR LA DEMOCRACIA (PPD). *La democracia que anhelamos. Programa del Partido por la democracia, la fuerza del cambio*. Santiago: PPD; 1989.
- RAMIREZ NECOCHEA, H.; *Historia del movimiento obrero en Chile*. Concepción: LAR; sem data.
- RIESCO, M.; *¿Está muerto Pinochet?* In **New Left Review** n°47, Madrid, p. 5-20, Noviembre/Diciembre 2007.
- _____; 2006, *El Pingüinazo*, "El Mostrador", 11 de junio de 2006, Santiago de Chile, [http://www.cendachile.cl/files/Pinguinazo_MR.pdf / página Web consultada 08/08/2009].
- _____; 1989; *El desarrollo del capitalismo bajo Pinochet*; Santiago: ICAL; 1995.
- TRICOT, T; *Lumako: Punto de inflexión en el desarrollo del nuevo movimiento mapuche*, "Historia Actual Online 2009 (HAOL), Núm. 19 Primavera, 2009, 77-96 Centro de Estudios Interculturales Ilwen, Chile. Publicación Online: 15 Junio 2009 [<http://www.historia-actual.com/HAO/Volumes/Volume1/Issue19/esp/v1i19c7.pdf> / página Web consultada 08/08/2009].
- SEGALL, MARCELO; *Desarrollo del capitalismo en Chile. Cinco ensayos dialécticos* Santiago: del Pacífico; 1953.
- URZUA, G. *Historia política electoral de Chile (1931-1973)* Santiago: Fundación Freidrich Ebert; 1986.
- VALENZUELA, J.; *La cuestión obrera en el cuarto gobierno concertacionista*. In **Estrategia Internacional** n° 24, Buenos Aires, p. 199-214, Diciembre 2007/Enero 2008.

_____ ; La huelga de los trabajadores del sector público y sus implicancias en la situación política nacional. In **Estrategia Internacional** n° 25, Buenos Aires, p. 289-298, Diciembre 2008/Enero 2009.

VERDUGO, P.; *Los zarpazos del puma. Caso Arellano*. Santiago: Chile/América CESOC; 1989.

VIDAL, H. *Frente Patriótico Manuel Rodríguez. El tabú del conflicto armado en Chile*. Santiago: Mosquito; 1995.

VIDAURAZAGA ARANGUIZ, T.; *Mujeres en rojo y negro. Memorias de tres mujeres miristas (1971-1990) Cristina Chacaltana, Arinda Ojeda y Soledad Aranguiz*. Buenos Aires: América Libre; 2007.

ZAPATA VALDERAS, V. *Cárcel de alta seguridad. Inhumanidad, represión y rebeldía*. Santiago: Mare Nostrum; 2007.

Principais sites consultados:

Asociación de Bancos y Asociaciones Financieras de Chile (ABIFCH) <http://www.abif.cl/>. Acesso em 04/10/2012.

Confederación de la Producción y del Comercio (CPC) <http://www.cpc.cl/>. Acesso em 04/10/2012.

Gobierno de Chile <http://www.gobiernodechile.cl/>. Acesso em 04/10/2012.